

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Contratação da **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, PARA A 39ª FESTA NACIONAL DO COLONO**, a ser realizada no Parque do Agricultor, nos dias 24 a 27 de julho de 2025 de acordo com o orçamento requisitado.

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto está acima indicado.

Área requisitante da contratação: Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Jorge Andriani	Assessor Executivo	2679101	jorge.andriani@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Contratação dos serviços de segurança e vigilância, com monitoramento por câmeras, durante a 39ª Festa Nacional do Colono, são indispensáveis para o bom andamento dos eventos, assegurando tranquilidade aos visitantes e realizando vigilância do material instalado no local, devido ao grande número de pessoas que os prestigiam, a presença do serviço de segurança e vigilância, para o bom andamento do evento assegurando tranquilidade aos visitantes.

Os serviços de segurança serão executados de modo ostensivo e preventivo, garantindo a proteção através de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos e materiais; operação de sistemas de segurança; rondas nas áreas

externas e adjacentes, nos locais determinados no anexo, ou em outros que o Fundo Municipal de Turismo assim determinar.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação destes serviços está prevista no Plano Anual de Contratações.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Considerando que o último evento realizado teve a estimativa de público de aproximadamente 100 mil pessoas transeuntes, requer-se a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou serviço compatível com o objeto da presente licitação em evento de no mínimo 50.000 (cinquenta mil) pessoas.

b) Autorização e revisão para funcionamento no estado de Santa Catarina, expedida pelo Ministério da Justiça.

c) Certidões de Regularidade junto a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Delegacia Geral de Polícia Civil.

d) As empresas proponentes deverão apresentar certificado de Segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal. (Conforme Legislação Atualizada, sobre Segurança Privada – Lei Nº 7.102 de 20/06/83).

e) Certidão de registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, do domicílio ou sede da licitante, comprovando que a empresa possui em seu quadro técnico, no mínimo, um profissional com formação de nível superior em Engenharia Elétrica ou Técnico em Eletrotécnica legalmente habilitado junto ao CREA/CFT, que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços de vigilância eletrônica através de câmeras.

f) Declaração Formal de que fará o uso de câmaras de vigilância eletrônica para monitoramento eletrônico com ART (Responsabilidade Técnica), comprometendo-se a apresentá-las cinco dias antes do início do evento.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os serviços descritos iniciarão nas seguintes datas e horários:

DATA	0h as 06h	06h às 12h	12h às 18h	18h as 00h	Qtde/dia
24/07- 5ª feira	8	7	10	16	43
25/07 - 6ª feira	31	13	12	48	106
26/07 - Sábado	45	17	24	67	156
27/07 - Domingo	45	17	24	67	156
28/07 - Segunda- feira	22	11	10	0	45
TOTAL DE COLABORADORES PARA O EVENTO					506

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Descrição: Contratar uma empresa especializada para fornecer a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, PARA A 39ª FESTA NACIONAL DO COLONO**, atendendo às necessidades do município de Itajaí para a realização de atividades essenciais para a realização do evento.

Vantagens: A contratação de uma única empresa especializa na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, PARA A 39ª FESTA NACIONAL DO COLONO**, garante a execução eficiente das atividades programadas, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos para a realização dos mesmos.

Desvantagens: O principal desafio é o custo adicional associado à contratação de uma empresa externa para a prestação do serviço, materiais e seus operadores.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Estima-se com base na média aritmética feita com os valores apresentados nos orçamentos solicitados e apresentados na pesquisa de preço anexa a este processo o valor total da contratação será de R\$ 175.604,11.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A melhor opção é a contratação temporária de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, PARA A 39ª FESTA NACIONAL DO COLONO**, que já incluem a mão de obra, materiais e operadores. Isso garante uma solução rápida, eficaz e especializada, suprimindo a carência de pessoal técnico e equipamentos da SEAGRU para a realização das atividades programadas com segurança e eficiência.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando a natureza dos serviços não é possível ser com parcelamento ou divisão. Não há como subdividir o objeto, portanto recomenda-se seguir o MENOR PREÇO GLOBAL, sendo uma única empresa a vencedora do certame.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros

disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto desta contratação visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Primeiramente, ao optar pela contratação de empresas especializadas, espera-se uma redução substancial nos custos operacionais. Empresas especializadas possuem experiência e eficiência na execução dos serviços, o que resulta em menor tempo de execução e redução de desperdícios de materiais. Essa eficiência operacional contribui para uma significativa economia de recursos financeiros, uma vez que os custos são otimizados e os serviços são realizados dentro dos prazos estabelecidos, evitando gastos adicionais decorrentes de atrasos ou retrabalhos.

Além disso, a contratação de empresas externas permite um melhor aproveitamento dos recursos humanos da administração pública. Com a ausência de servidores capacitados para esses serviços específicos, a terceirização libera a força de trabalho existente para se concentrar em suas funções principais, aumentando a produtividade e a eficiência geral da administração. Isso garante que os servidores possam focar em atividades estratégicas e administrativas, ao invés de serem alocados para tarefas operacionais para as quais não têm a devida qualificação.

No que diz respeito aos recursos materiais, empresas especializadas geralmente possuem acesso a equipamentos e tecnologias avançadas que a administração pública pode não ter disponível ou não ter recursos para adquirir. O uso desses equipamentos modernos não só melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também reduz o tempo de execução e a necessidade de manutenção futura, prolongando a durabilidade das obras realizadas.

A economicidade também é promovida pela competitividade do processo licitatório. A seleção de empresas através de licitação pública garante que os contratos sejam firmados com fornecedores que oferecem o melhor custo-benefício, maximizando o retorno sobre o investimento. A concorrência entre as empresas participantes do processo licitatório assegura que os preços sejam justos e competitivos, evitando superfaturamento e garantindo que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente.

Ademais, a terceirização destes serviços permite uma flexibilidade orçamentária maior. A administração pública pode ajustar os contratos conforme as necessidades e a disponibilidade de recursos, contratando serviços apenas quando necessário e

evitando despesas fixas com manutenção de equipes internas e equipamentos que podem não ser utilizados continuamente.

Por fim, a garantia de qualidade nos serviços contratados é outro resultado pretendido. Empresas especializadas são obrigadas a cumprir padrões de qualidade estabelecidos no contrato, e a administração pública pode exercer um controle rigoroso sobre a execução dos serviços, garantindo que os resultados atendam às expectativas e às normas técnicas vigentes. Isso contribui para a satisfação da população e a preservação do patrimônio público, evitando gastos futuros com reparos e manutenção corretiva.

Em suma, a contratação de empresas especializadas para estes serviços específicos proporciona uma gestão mais eficiente e econômica dos recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo resultados de alta qualidade, otimização dos custos e melhor alocação das atividades internas da administração pública.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Verificação de Regularidade Jurídica e Fiscal da Contratada:

- Comprovação de que a empresa selecionada atende aos requisitos de habilitação jurídica e fiscal, incluindo a apresentação de certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas, conforme exigido no edital.

Análise e Aprovação dos Documentos Necessários:

- Conferência e validação de toda a documentação exigida para formalização do contrato, incluindo a proposta final e os documentos de habilitação apresentados pelo licitante vencedor.

Confirmação de Previsão Orçamentária e Financeira:

- Comprovação da existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para a cobertura das despesas geradas pelo contrato.

Publicação dos Resultados da Licitação

- Divulgação dos resultados da licitação e adjudicação do objeto ao vencedor, conforme previsto na legislação e no edital, garantindo a transparência do procedimento.

Designação de Gestor e Fiscal do Contrato:

- Nomeação formal do gestor e, se necessário, do fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Formalização do Contrato:

- Formalização do instrumento contratual por escrito, com a assinatura das partes e registro do contrato em sistema oficial, quando aplicável.

Publicação do Extrato do Contrato:

- Publicação do extrato do contrato em meio oficial, como forma de assegurar a transparência e a publicidade do ato administrativo.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há impactos ambientais que podem ser gerados unicamente em razão de contratações geradas a partir desse objeto. Todavia a empresa deverá efetuar o descarte de resíduos gerados pela prestação dos serviços em local adequado, em conformidade com a Lei Federal 1235/2010.

Fica a CONTRATADA comprometida a proteger e preservar o meio ambiente e prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Jorge Andriani Matrícula 2679101	Flavia Cristina Fanta Sehn Matrícula: 2196802

Itajaí, 10 de março de 2025

Itajaí, 10 de março de 2025

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

ITAJAÍ/SC, 10 DE MARÇO DE 2025.

Jorge Andriani
Matrícula 2679101

Flavia Cristina Faita Sehn
Secretária de Agricultura e Expansão Urbana